



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

Multimídia.

Projetores entregues às escolas da rede pública

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPrensa**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 23/9/2010



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	data: 23/9/2010
Assunto: Projetores entregues às escolas da rede pública		Página : 15

Multimídia.

Projetores entregues às escolas da rede pública

São José - Para melhorar as condições de ensino das escolas estaduais, a Secretaria de Estado de Educação (SED), distribuiu 145 aparelhos de projetores multimídia. Destes, 45 ficaram na Grande Florianópolis.

Cinco aparelhos foram encaminhados para Biguaçu, outros 11 para São José, 18 para a Capital, quatro para Palhoça, e outros dois para Governador Celso Ramos. Santo Amaro da Imperatriz, Rancho Queimado, An-

gelina e São Pedro de Alcântara receberam um projetor por município.

Além dos equipamentos eletrônicos, as escolas prejudicadas com as recentes enchentes devem receber cadeiras, carteiras e computadores.

Para a diretora da Escola de Educação Básica Jucelino Kubitschek, de São José, Eunice Knoner Campos, o projetor é um ótimo aliado dos professores, porque torna as aulas mais atrativas aos estudantes.

ELETRÔNICA
 Equipamentos facilitarão tarefas de alunos e professores da rede pública de ensino

SAIBA MAIS	Escolas beneficiadas
BIGUAÇU	<input checked="" type="checkbox"/> EEB Juscelino Kubstcheck
<input checked="" type="checkbox"/> EEB Emérita Duarte de Souza	<input checked="" type="checkbox"/> EEB Valdete Luci Porto
<input checked="" type="checkbox"/> EEF Areias de Cima	<input checked="" type="checkbox"/> EEB Nossa Senhora da Conceição
<input checked="" type="checkbox"/> EEF Santo Antônio	<input checked="" type="checkbox"/> EEB Marclia de Oliveira
<input checked="" type="checkbox"/> EEB Tania Mara Silva Looks	<input checked="" type="checkbox"/> EEB Francisco Tolentino
<input checked="" type="checkbox"/> EEB Avelino Müller	
SÃO JOSÉ	PALHOÇA
<input checked="" type="checkbox"/> EEF São Miguel	<input checked="" type="checkbox"/> EEB Irmã Maria Tereza
<input checked="" type="checkbox"/> EEB Aldo Câmara da Silva	<input checked="" type="checkbox"/> EEB Padre Vicente Cordeiro
<input checked="" type="checkbox"/> EEF Cristo Rei	<input checked="" type="checkbox"/> EEB João Silveira
<input checked="" type="checkbox"/> EEB Ceclia Rosa Lopes	<input checked="" type="checkbox"/> EEB Vicente Silveira
<input checked="" type="checkbox"/> EEB Oswaldo Rodrigues Cabral	
<input checked="" type="checkbox"/> EEB Maria do Carmo Lopes	

Fonte: Secretaria de Estado da Educação



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	data: 23/9/2010
Assunto: Governo aprova terceirização		Página : 10

Merenda. Secretaria da Educação avalia que gestão da alimentação nas escolas estaduais está melhor

Governo aprova terceirização

MÔNICA FOLTRAN

monica@noticiasdodia.com.br

FLORIANÓPOLIS - A combinação arroz e feijão, acompanhada de verduras e frutas, está mais presente nos pratos de 1.020 escolas estaduais. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação, a terceirização da alimentação escolar tornou o cardápio mais variado e nutritivo. Em Florianópolis, desde o início de agosto as escolas estaduais têm a merenda preparada por uma empresa, escolhida por licitação.

Segundo a diretora de Apoio ao Estudante da Secretaria de Educação, Rogéria Rebello Diegoli, a terceirização permitiu tirar dos gestores escolares essa responsabilidade, além de regularizar a situação das merendeiras, que antes eram contratadas pela APP (Associação de Pais e Professores), e agora são funcionárias das empresas.

“Antes, por conta dos poucos recursos que chegavam às escolas, os diretores não conseguiam comprar alimentos perecíveis, como verduras e frutas. A opção então era a compra de produtos industrializados”, explica Rogéria. O número de nutricionistas responsáveis pelo cardápio também aumentou, de uma em todo Estado, agora são cem.

Segundo Rogéria, no edital de licitação, com aproximadamente 7.000 páginas, contêm regras como pelo menos 30% das compras dos alimentos orgânicos devem ser adquiridos dos agricultores familiares. Fica a cargo da Secretaria da Educação também, a fiscalização dos serviços prestados pelas empresas.

“Santa Catarina e Espírito Santo são os únicos Estados que terceirizaram a alimentação escolar. A Secretaria está avaliando a mudança, e os primeiros resultados já são positivos”, conclui Rogéria.

Crianças gostaram das mudanças

Na escola de Educação Básica Pero Vaz de Caminha, em Capoeiras, o prato limpo de Yuri Gomes Alexandre, 7, já revela o gosto pela merenda. “Gosto da salada, do arroz, do feijão e da cenoura também”, dispara o aluno, sobre as suas preferências. Para Yuri a refeição melhorou. “Ficou mais saudável!”, observa.

A mudança na alimentação escolar também reflete em casa. O pai Jean Carlos de Faria, 34, notou que seu filho Jeanderson Farias, 13, passou a consumir mais frutas em casa. “Ele disse que a comida está melhor”.

Para a aluna do primeiro ano,

do ensino fundamental, Luana Varella, 6, as frutas são as preferidas. Já a aluna da quinta série, Ester Matilde, 10, compara os cardápios. “Antes eles faziam muita sopa”, observa.

De acordo com a diretora Terezinha Lisabete Coelho, dos 686 alunos matriculados na Escola Pero Vaz de Caminha, em média cem crianças por período comem a merenda. As sobras, por determinação, devem ser descartadas. O descarte considerável de sobras de comida e frutas, já passadas, sendo servidas foram algumas das reclamações nas escolas estaduais, após a terceirização da alimentação escolar.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	data: 23/9/2010
Assunto: Governo aprova terceirização		Página : 10

Desperdício é menor, mas ocorre

A Secretaria da Educação lembra que a terceirização da alimentação escolar está dentro do prazo de adaptação, o que explica a necessidade de alguns ajustes. "No começo (em agosto) sobrava comida. Mas aos poucos as merendeiras foram se ajustando, e o problema vai sendo resolvido", avalia a diretora da Escola Estadual Lauro Muller, no Centro da Capital, Valéria Nunes. Em outra escola, o problema são as frutas como a banana e maçã, de deterioração rápida, que são entregues pelo fornecedor na sexta-feira, e só são servidos, de acordo com o cardápio, na semana

seguinte. Professores também reclamam que, após a terceirização, são proibidos de comer da alimentação oferecida. "Nosso vale-alimentação é de R\$ 6, só dá para comprar um lanche, o café não dá. Às vezes, passamos o dia todo aqui, não tem local para lavar a louça e não temos nem tempo para sair e lanchar", acrescenta a professora de biologia, Dania Telor. A diretora de Apoio ao Estudante diz que a alimentação é somente para o consumo dos alunos. Sobre as frutas, explica que ajustes podem ser feitos. "Se um alimento só vai ser servido na segunda, pode ser transferido conforme a entrega do fornecedor".



CLIPPING

Veículo: Site do CONSED	Editoria: Notícias	Data: 22/09/10
Assunto: Diretores de escolas públicas participarão de intercâmbio em escolas dos Estados Unidos		Página: online

Diretores de escolas públicas participarão de intercâmbio em escolas dos Estados Unidos

Vinte e quatro diretores escolares da rede pública brasileira visitarão os Estados Unidos, de 13 de outubro a 6 de novembro, para conhecer o sistema educacional público norte-americano, participar de oficinas sobre liderança e gestão escolar, visitas às escolas e reuniões com diretores e educadores com o objetivo de aprender, ensinar e, principalmente, trocar experiências em gestão e liderança escolar.

O intercâmbio faz parte do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar – Ano Base 2009, promovido pelo Consed – Conselho Nacional de Secretários, Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Unesco e Fundação Roberto Marinho e que conta com o apoio da Gerdau, MBC, Instituto Razão Social, Gol Grupo, Todos Pela Educação e Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil.

Os diretores passarão uma semana em Washington, D.C. para participar do Seminário Sobre Gestão e Liderança Escolares com diretores dos Estados Unidos, México e Argentina. Na segunda semana, eles serão divididos em subgrupos e cada um deles visitará um estado diferente, onde serão recebidos por um diretor americano que participará do programa no Brasil em agosto de 2011, como parte do intercâmbio. Os estados a serem visitados são: Carolina do Norte, Georgia, Maryland, Minnesota, Nevada, Nova Jersey, Massachusetts, Tennessee, Virgínia, Washington e o estado de Wisconsin.

O grupo é formado por diretores brasileiros premiados por sua excelência em liderança e gestão escolar nos seguintes estados brasileiros: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Maranhão, Paraná, Paraíba, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

Desde 2000, mais de 200 diretores escolares já participaram desse intercâmbio que é parte da Parceria Educacional Brasil – Estados Unidos, uma iniciativa dos governos dos dois países. No retorno ao Brasil, os 24 diretores participarão, ainda, da cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar – Escola Destaque Brasil, no dia 8 de novembro, no Rio de Janeiro.



Prêmio

O Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar destaca-se como um relevante instrumento de mobilização e de auto-avaliação das escolas públicas brasileiras e tem como objetivo a melhoria da gestão e da qualidade do ensino.

OBS: Os diretores estarão disponíveis para entrevistas durante a reunião preparatória que acontece no 24 de setembro, na Secretaria Executiva do Consed, em Brasília. Mais informações: Assessoria de Imprensa da Embaixada dos EUA – 3312-7367 e Assessoria de Comunicação do Consed – 2195-8650

Julio Galhardi / Embaixada Americana



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 22//09/10
Assunto: Lula assina decreto que dá autonomia a institutos federais de educação		Página: online

Lula assina decreto que dá autonomia a institutos federais de educação

Escolas técnicas poderão realocar recursos públicos da União. Poderão ainda contratar de imediato professores em caso de afastamento.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou nesta quarta-feira (22) três decretos que dão autonomia aos institutos federais de educação. Com a medida, escolas técnicas mantidas pela União terão liberdade para realocar recursos previstos em seus orçamentos. As instituições também ficam autorizadas a contratar de imediato novos professores e técnicos em educação para repor o quadro de funcionários em casos de aposentadoria, falecimento ou afastamento.

Antes da nova legislação, os institutos tinham que pedir autorização para a abertura de novos concursos públicos, burocracia que adiava a reposição de profissionais e reduzia a oferta de vagas para alunos.

"A grande novidade é que a rede federal hoje, tanto as universidades quanto os institutos são submetidos a um regime que você dá total liberdade de execução orçamentária, reposição do pessoal, contratação automática de professores e técnicos", explicou o ministro da Educação, Fernando Haddad.

Sobre a autonomia financeira das escolas técnicas, o ministro destacou que a instituição que economizar poderá realocar para outro setor os recursos inicialmente destinados a um serviço específico. Antes, o dinheiro que sobrava tinha de ser devolvido ao Tesouro Nacional. As universidades federais ganharam autonomia em julho deste ano, também por meio de decreto.

"Autonomia financeira é a liberdade para a instituição remanejar o seu orçamento. Um reitor fazia um grande esforço de economia de conta de luz, por exemplo, para onde ia o dinheiro da economia? Para o Tesouro Nacional. Agora se a instituição tem o seu orçamento e se ela fizer uma economia numa rubrica, ela está autorizada a remanejar para outra", disse.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Espaço Aberto	Data: 22//09/10
Assunto: Ensino de graduação, o lado oculto da Lua		Página: A2

Ensino de graduação, o lado oculto da Lua

O Brasil tem atualmente cerca de 5 milhões de estudantes matriculados no ensino de graduação (presencial), o que equivale a 24% dos jovens de 18 a 24 anos do País. A meta do governo federal é de 30% para 2012, mas recente relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que no ritmo atual só seria alcançada em 2020. Desse contingente, 75% estão em instituições privadas e 25% nas públicas.

O País tem despendido grande esforço na expansão do sistema como um todo, o que é atestado pelo aumento das vagas à taxa média anual de 6% entre 2002 e 2008. Há outros aspectos positivos, como os incentivos no vestibular aos estudantes egressos da escola pública, a tendência à diversificação (as matrículas em educação tecnológica e em educação a distância têm evoluído em ritmo acelerado) e o movimento de interiorização do ensino superior.

Mas há acidentes de percurso que são riscos inerentes a todo processo de crescimento acelerado e pouco planejado. O mais sério é o fato de quase 50% dos 3 milhões de vagas oferecidas em 2008 não terem sido preenchidas. O gritante desequilíbrio entre oferta e demanda decorre, sobretudo, da baixa produtividade do ensino médio, das dificuldades com os custos das mensalidades e da concentração dessa oferta em cursos de baixa qualidade ou desinteressantes. Também, quem sabe, de fatores menos tangíveis, como o desencanto dos jovens com o ensino superior em geral.

Além da qualidade, o desempenho global do ensino de graduação no Brasil deve ser também avaliado por indicadores quantitativos. Nesse particular, os dados disponíveis do Censo da Educação Superior 2008, do MEC, indicam que o maior dos flagelos da educação, a evasão escolar, continua a fazer incontáveis vítimas também nesse nível do ensino no País. A taxa média de evasão no ensino de graduação, calculada para cursos com duração de quatro anos, é de 43% - sendo 45% nas instituições privadas, 39% nas municipais, 36% nas estaduais e 33% nas federais - e abrange o contingente de alunos que abandonaram seus cursos, foram desligados ou não os concluíram no prazo previsto.

Esse é um panorama geral e é certo que existe uma enorme diversidade de situações que dependem do desempenho específico de cada instituição e do seu respectivo universo de cursos. Mas, como em todo processo desse gênero, há determinados padrões que podem ser observados. Os levantamentos indicam, por exemplo, que, salvo as exceções de praxe, a esmagadora maioria dos alunos não conclui seus cursos nos prazos estipulados pelas normas e é alta a porcentagem dos que permanecem formalmente matriculados por oito anos ou mais em cursos de quatro anos. Afinal, pouquíssimas universidades dispõem do mecanismo conhecido por jubramento, isto é, o desligamento de alunos com baixíssimo desempenho acadêmico, e são raros os casos da sua efetiva aplicação. Vagas resultantes da evasão são, em geral, oferecidas aos interessados em se transferir de uma instituição privada para uma pública, por exemplo, mas esse é mais um paliativo para uma grave doença crônica.



A título de simulação, tome-se um hipotético curso com duração de quatro anos, uma quantidade constante de vagas e que ele seja monitorado ao longo de dez anos. Caso a diferença entre o número de concluintes e o de ingressantes (vestibular mais transferências) varie em cada ano em torno de 40%, essa será sua taxa média de evasão e o dado crítico para a sua avaliação.

Um fator que dificulta ampliar o conhecimento a respeito do problema é que somente um reduzido grupo de universidades (todas elas públicas) realiza levantamentos detalhados e periódicos sobre o desempenho dos seus cursos de graduação e os põem à disposição nos seus portais da internet. Além disso, são raros e pontuais os estudos relativos a esse tema. Por isso, são bem-vindas as iniciativas do TCU e da Controladoria-Geral da União (CGU), que desde 2007 fazem auditorias de gestão nas universidades federais, nas quais aplicam um índice de eficiência que avalia o desempenho dessas instituições, especificamente em seus cursos de graduação.

Está demonstrado, por exemplo, que existem elevados níveis de evasão em universidades e cursos tanto do topo quanto da base da pirâmide dos rankings internacionais. Há casos extremos, como os de institutos com padrão internacional de excelência em pesquisa e pós-graduação, mas que formam a cada ano apenas um terço dos seus alunos ingressantes na graduação. Além disso, já se sabe que a maior parte da evasão por abandono ocorre nos dois primeiros semestres dos cursos; que nas grandes universidades esses índices são maiores nas áreas de Exatas (mais altos nas Engenharias e na Física), seguidas pelas Humanidades (mais altos nas licenciaturas) e pelas Biológicas (mais baixos na Medicina); e que, em sua maioria, os alunos dão como causas mais relevantes a carência de recursos financeiros, a decepção com a qualidade dos cursos e o seu despreparo em face do alto nível de exigência em determinadas disciplinas.

Em suma, o ensino de graduação no Brasil está em crise.

Sabemos que é dever dos governos, do Legislativo e do Judiciário fiscalizar, avaliar e traçar estratégias e programas para a educação nacional. No caso em tela, entretanto, a maior parcela de responsabilidade cabe às universidades e, sobretudo, às públicas. Afinal, se elas são autônomas para definir suas prioridades e gerir seus cursos, por outro lado, mantidas que são com recursos públicos, devem submeter-se a avaliações externas e têm obrigação de apresentar padrões de excelência também nessa área.

PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA USP, AUTOR DE CINCO LIVROS, É UM DOS IDEALIZADORES DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA E-MAIL: WANDER@USP.BR



CLIPPING

Veículo: http://www.linearclipping.com.br/cnte/	Editoria: Economia	Data: 23/9/10
Assunto: Piso salarial		Página: online

Piso salarial

Professores de todo o País aguardam, com ansiedade, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do mérito da ação em favor da implantação do Piso Salarial Nacional da categoria. Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão, a falta de um posicionamento da Justiça tem causado muitos problemas, como as múltiplas interpretações que os gestores fazem da referida lei. "Temos que acabar com isso, para que possamos construir uma educação pública de qualidade", afirmou Leão. Na quinta-feira passada, a CNTE entregou um dossiê ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, às presidências da Câmara e do Senado e ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro César Peluso. O documento contém 167 depoimentos de professores das cinco regiões do país relatando o não cumprimento da Lei do Piso em seu município ou estado. Durante audiência com o presidente do STF, informa a CNTE, o ministro César Peluso garantiu que iria agilizar o julgamento assim que o ministro Joaquim Barbosa entregasse o relatório.



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Cotidiano	Data: 23/9/10
Assunto: Enem substitui vestibular em 92 mil vagas de federais		Página: online

Enem substitui vestibular em 92 mil vagas de federais

Das 59 universidades, 23 usarão o exame do ensino médio como etapa única. Todas as federais usarão Enem de alguma forma, por exemplo, para compor pontuação final do candidato.

Mesmo com problemas como vazamento e adiamento, ocorridos após sua reformulação, no ano passado, a influência do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) não para de crescer.

Levantamento feito pela Folha nas 59 universidades federais e com dados dos 39 institutos federais mostra que mais de 92 mil vagas serão oferecidas exclusivamente com a nota do Enem, sem que o aluno precise fazer outras provas.

A projeção é que, em 2011, essas instituições tenham ao todo 235 mil vagas, a serem preenchidas também por outros processos seletivos.

A substituição total do vestibular pelo Enem ocorre de duas maneiras.

Na primeira, majoritária, as universidades aderem a um sistema integrado que seleciona os alunos para cursos de todo o país, exclusivamente usando o Enem.

Na segunda, as instituições fazem um ranking próprio da nota do Enem entre os candidatos. No ano passado, foram apenas 47 mil vagas oferecidas por este sistema integrado, chamado Sisu e criado pelo Ministério da Educação.

"Se não tivesse ocorrido o vazamento, o Enem estaria ainda mais forte", disse o consultor Rudá Ricci.

MAIS VAGAS

Das 59 federais, 23 usarão o Enem como etapa única, mas todas vão utilizar a nota de alguma forma, por exemplo, pontuação na nota final.

As que vão usar mais timidamente são as que optaram apenas para preencher vagas remanescentes, como UnB (Brasília) e Ufal (Alagoas).

Como algumas universidades federais ainda definem a abertura de cursos para o próximo ano, o número de vagas disputadas por meio do Enem deve crescer.

É o caso da UFABC (federal do ABC), que confirmou que 100% de suas vagas serão preenchidas pelo sistema integrado do MEC, mas ainda não definiu quantos postos terá em 2011.

Em São Paulo, a principal adesão foi da UFSCar (federal de São Carlos). Em junho, o reitor Targino de Araújo Filho deu como motivo para abandonar a prova própria a perspectiva de poder abrir as portas da universidade para estudantes de todo o país.

SEM ADESÃO

A maior parte das instituições que não usaram o Enem de nenhuma forma no ano passado, mas que passam a utilizá-lo agora, alegaram falta de tempo hábil para terem participado da primeira edição do sistema integrado.

Uma das universidades que apresentaram a justificativa foi a UFMG (de Minas), que passou a usar o exame como primeira fase de seu processo seletivo.

O surgimento de novas vagas, seja pela criação de cursos em instituições que já aderiam ao Sisu seja pela criação de novas universidades -como Unilab e Ufopa (Oeste do Pará)- também ajudam a explicar o aumento desse número.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – www.sed.sc.gov.br
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – imprensa@sed.sc.gov - ramais: 6161, 6163; Fax: 6162

Especialistas ouvidos pela Folha atribuem esse aumento ainda a razões políticas, como moeda de troca para liberação de verbas do Reuni (programa do governo federal que expande as universidades federais), e financeiras- porque é mais barato e simples "terceirizar" para o governo federal a organização e a execução do processo seletivo.

Procurado, o Ministério da Educação não quis se pronunciar.

Colaborou THIAGO AZANHA



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 23/9/10
Assunto: Grupo de trabalho vai disciplinar transporte de estudantes		Página: online

Grupo de trabalho vai disciplinar transporte de estudantes

Definir as especificações necessárias para que um veículo seja considerado apropriado ao transporte escolar. Determinar o comportamento e as exigências para a habilitação do motorista desse veículo. Estabelecer as normas e os critérios para orientar os estados e municípios na regulamentação do transporte escolar. Essas são as principais tarefas do grupo de trabalho interministerial formado na terça-feira (21), durante audiência pública no Rio de Janeiro, para disciplinar o transporte de estudantes no Brasil.

“O resultado do esforço desse grupo deverá representar um avanço significativo para a melhoria do transporte escolar rural e urbano no país”, diz José Carlos Freitas, diretor de administração e tecnologia do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Participarão do grupo de trabalho, além do FNDE, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), a Universidade Federal do Tocantins, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a Associação Nacional de Fabricantes de Ônibus (Fabus). Em pauta, está a reunião de subsídios para definir um modelo de ônibus escolar urbano.

A audiência serviu ainda para o FNDE apresentar às montadoras, ao setor automotivo e à sociedade civil os parâmetros para a produção de um novo modelo de veículo escolar rural, pelo programa Caminho da Escola. “A ideia é que este novo ônibus pequeno, para até 20 alunos, substitua os veículos 4x4 que são usados hoje para vencer as rotas mais severas no transporte rural”, afirma José Maria Rodrigues de Souza, coordenador-geral de apoio à manutenção escolar do FNDE. “Com este novo veículo, o governo federal vai ampliar a diversidade de ônibus do Caminho da Escola para que seja implantado no país um transporte escolar de qualidade cada vez melhor”.